



“QUANDO O TEMPO DURA UMA TONELADA” : MEMÓRIAS DE UM DESASTRE

Bárbara Lissa Campos¹, Maria Vaz², Rachel Cecília de Oliveira³

“QUANDO O TEMPO DURA UMA TONELADA” :
MEMOIRS OF A DISASTER

“QUANDO O TEMPO DURA UMA TONELADA” :
MÉMOIRES D’UNE CATASTROPHE

1 Mestre em Artes Visuais pela EBA/UFMG e artista visual, com pesquisa em fotografia e em audiovisual, trata de temas como memória, esquecimento, ecocrítica e ficções poéticas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2908416351338551>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3601-7894>. Email: barbaralissa@gmail.com

2 Maria Vaz é artista visual, mestre em Artes pela EBA/UFMG. Seus trabalhos têm como suporte principal a fotografia e a literatura. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1124464480225067>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7527-6966>. Email: mfigueiredovaz@gmail.com

3 Professora da Escola de Belas Artes da UFMG, com pesquisas que transitam entre a filosofia, a crítica e a história das artes. Atua também como crítica e curadora. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4437860296445521>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6497-6465>. Email: rachel.cecilia.oliveira@gmail.com

RESUMO

O presente artigo faz uma análise do desastre ocorrido em Córrego do Feijão (Brumadinho- MG) a partir do trabalho visual *Quando o Tempo Dura um Tonelada*, das artistas Bárbara Lissa e Maria Vaz, que compõem o duo Paisagens Móveis. Enfatizando a importância de reconstituir os acontecimentos e traumas do passado para que seja possível construir outros futuros, o trabalho torna visíveis, através de um processo fotográfico experimental, os fantasmas deste local devastado pela ganância da mineração, encoberto pela lama e uma atmosfera tomada pela poeira de minério diariamente espalhada pelos trens. Por meio do ato de tornar visíveis os restos do evento é possível que haja, mesmo que simbolicamente, uma despedida.

Palavras chave: fotografia; memória; temporalidades; paisagem; desastre

ABSTRACT

This article analyzes the disaster occurred in Córrego do Feijão (Brumadinho-MG) from the visual work *When Time Lasts a Ton*, by the artists Bárbara Lissa and Maria Vaz, who compose the duo Paisagens Móveis. Emphasizing the importance of reconstructing the events and traumas of the past so that it is possible to build other futures, the work makes visible, through an experimental photographic process, the ghosts of this place devastated by the mining greed, covered by mud and by an atmosphere taken by the ore dust daily spread by the trains. Through the act of making visible the remains of the event it is possible to have, even if symbolically, a farewell.

Keywords: photography, memory; temporalities; landscape; disaster

RESUMEN

Le présent article analyse le désastre survenu à Córrego do Feijão (Brumadinho - MG) à partir de l'œuvre visuelle *Quando o Tempo Dura um Tonelada*, des artistes Bárbara Lissa et Maria Vaz, qui composent le duo Paisagens Móveis. Soulignant l'importance de reconstituer les événements et les traumatismes du passé afin de pouvoir construire d'autres avenir, l'œuvre rend visible, à travers un processus photographique expérimental, les fantômes de ce lieu dévasté par l'avidité minière, recouvert de boue et d'une atmosphère prise par la poussière de minerai quotidiennement répandue par les trains. En rendant visibles les restes de l'événement, il est possible de faire, même si c'est de manière symbolique, un adieu.

Les mots-clés: photographie, mémoire, temporalité, paysage, désastre

O dia era **25** de Janeiro de 2019. Somos capazes de lembrar o momento em que ocorreu o maior “acidente” de trabalho já registrado no Brasil, na cidade de Brumadinho, Minas Gerais. Controlada pela Vale S.A., a barragem de rejeitos⁴ B1 da Mina do Córrego do Feijão rompeu, causando a morte de pelo menos 270 pessoas (ou 272, considerando as duas gestantes entre os mortos), sendo que quatro continuam desaparecidas; e o derramamento de mais de 10 milhões de metros cúbicos de rejeitos, que deixaram um rastro de destruição pelo caminho. Um verdadeiro desastre humanitário e ambiental. Devido às suas proporções, uma enorme quantidade de fotógrafos e jornalistas foi até o local para documentar o ocorrido, gerando um grande volume de imagens impactantes publicadas em jornais, revistas e mídias sociais, as quais mostram parte da cidade coberta pela lama e as buscas, até hoje não finalizadas, pelas vítimas.

Pouco mais de três anos se passaram desde o ocorrido e a questão sobre “o que resta” permanece. Permanece, pois muitas reportagens e documentos produzidos sobre o rompimento parecem colocar a cidade de Brumadinho e sua população em um estado constante de espera - uma espera que flerta com a esperança da possibilidade de desfazer o ocorrido, de retornar a um estado anterior ao momento em que o inimaginável se transforma em realidade. No entanto, reparações financeiras e promessas de restaurações ambientais, por mais desejáveis e importantes que sejam, não produzem milagres, não são capazes de eliminar as marcas de uma espécie de avalanche que arrastou coisas, animais, edificações e seres humanos por quilômetros. Logo, é preciso perguntar: o que sobrevive do desastre após o momento de sua espetacularização? O que é passível de ser visto, fotografado e vivenciado ainda hoje? E, ainda mais importante, como criar memória do inimaginável? Ou quiçá, do que não pode ser visto?

4 Barragem de rejeitos é um reservatório destinado a reter resíduos resultantes de processos de extração de minérios.

Essas perguntas levaram o duo Paisagens Móveis, composto pelas artistas visuais Bárbara Lissa e Maria Vaz, a irem até o local em 2021 a fim de fotografar as ruínas daquele evento e assim, tornar imaginável as camadas visíveis e invisíveis deixadas por ele. Como consequência dessa visita, desenvolveram o trabalho *Quando o tempo dura uma tonelada* (2021), que investiga visualmente, por meio da fotografia e do vídeo, a mudança da paisagem e a presença dos componentes químicos que ainda contaminam o local, dos metais pesados presentes no rio Paraopeba e da fina poeira tóxica de minério que paira no ar. A análise deste trabalho traz à tona outras perguntas: como fotografar o que parece invisível? Quais novas formas de documentar desastres podem existir? Como localizá-las em uma data sem deixar de lado sua latência espaço-temporal? E, o que ainda reverbera no local como um continuum da história, como tempo dilatado, quase que de modo silencioso?

A fotografia enquanto testemunho da paisagem

A obra *Quando o tempo dura uma tonelada* (2021), do duo Paisagens Móveis, é um trabalho experimental, constituído por dezesseis fotografias em película 120mm, nove fotografias em película 35mm e pelos vídeos “Tempo Partido” (2021) e “A Estação” (2022). O trabalho investiga as diversas temporalidades que coexistem no entorno do desastre de Brumadinho, explorando as dimensões visíveis e invisíveis presentes na atmosfera de Córrego do Feijão, pouco mais de dois anos após o crime humanitário e ambiental de responsabilidade da empresa VALE S/A. Com intuito de incorporar materialmente resquícios e vestígios do ocorrido, as imagens foram reveladas agregando a poeira do minério e a água local - a qual permanece contaminada pela lama - aos químicos reveladores, imprimindo a própria paisagem nas fotografias⁵.

⁵ Veja o trabalho clicando na seta na lateral das imagens em: <https://www.paisagensmoveis.com/quando-o-tempo-dura-uma-tonelada>

A paisagem retratada na obra é diferente daquela das imagens produzidas pelos vários meios de comunicação no momento posterior ao desastre. Imagens essas que se transformaram em imaginário social, pois onde ocorrem desastres, sempre há uma corrida de fotógrafos para documentar imagens impactantes do ocorrido. Em Brumadinho, o resgate da primeira vítima com vida, Thalyta Cristina de Oliveira Souza, de 15 anos, foi transmitido ao vivo pela TV Record cerca de 1h32 minutos após o rompimento da barragem (ARBEX, 2022, p. 93-5). Todavia, para além do instante do evento, a destruição de comunidades constrói dimensões temporais distintas e têm uma duração muitas vezes ausente nos meios de comunicação.

Assim, as imagens costumam dois tempos diferentes: um tempo parado, silencioso, suspenso desde o ocorrido, marcado pelo abandono das casas com livros de pedagogia, brinquedos, roupinhas de crianças espalhadas pelo chão e um calendário de 2019 ainda intacto na parede⁶ e uma paisagem que demora a “digerir” os restos da lama⁷ -outro tempo que nunca cessa de correr, performado pelas obras da empresa mineradora que rapidamente encobrem o desastre⁸, pelo capim semeado a fim de que cresça rapidamente para ocultar a lama e, também, pelo trem da Vale que transporta toneladas de minério diariamente.

Um outra dimensão dessa temporalidade aparece nas imagens em que o trilho do trem e seus vagões ganham centralidade⁹, pois nelas habitam tanto o tempo do “progresso” quanto o tempo do “atraso”,

6 Ver imagem nº 3 em: <https://www.paisagensmoveis.com/quando-o-tempo-dura-uma-tonelada>

7 Ver imagens nº 1, 2, 5 e 16 em: <https://www.paisagensmoveis.com/quando-o-tempo-dura-uma-tonelada>

8 Ver imagens nº 4, 5, 8 e 13 em: <https://www.paisagensmoveis.com/quando-o-tempo-dura-uma-tonelada>

9 Ver imagens nº 11 e 15 em: <https://www.paisagensmoveis.com/quando-o-tempo-dura-uma-tonelada>

afinal, o dito progresso, em sua ambiguidade e contradição contínuas, cria sua própria ruína. A passagem acelerada de vagões - que carregam ou buscam minério -, marca também a passagem das horas com rastros de poeira e um barulho que permanece ressoando insistente nos ouvidos. Apesar das imagens nos fazerem caminhar entre diferentes tempos, o nevoeiro que cobre a paisagem em 2021, na cidade das brumas, já não é constituído por gotículas de água, mas pelo ágil processo de encobrimento e ocultamento do crime ocorrido.

Após o ocorrido, o local tornou-se inacessível. Impedindo a permanência dos olhares curiosos ou investigativos perante as casas destruídas e os resquícios de lama, logo aparecem seguranças da empresa. Visto por meio de imagens aéreas, o local está repleto de plantas agrícolas, braquiária, feijão guandu, que encobrem a lama e disfarçam a paisagem de verde: é como se não tivesse nada para ser visto. Dessa forma, atravessando a névoa, o encobrimento e o próprio tempo, as fotografias presentes em *Quando o tempo dura uma tonelada* (2021) foram feitas, de certo modo, às cegas, com o intuito de buscar o que ainda havia para ser visto ali. O que era impossível de ser fotografado em Córrego do Feijão foi narrado por meio da imaginação.

Quando o tempo dura uma tonelada mostra como o que ainda existe para ser visto, o que ainda persiste, precisou ser fotografado sutilmente. Abaixo da ponte em que muitos dos corpos soterrados foram represados, blocos de concreto, antes utilizados como marcadores de divisas, na figura 1 de Bárbara Lissa e Maria Vaz ocupam o lugar de lápides. Com suas bases soterradas, os blocos aparecem à frente da vegetação “artificial” - plantada para encobrir o que resta da lama - e atrás de grossas camadas transparentes, que funcionam como uma espécie de veladura, exigindo de quem vê que olhe uma segunda e uma terceira vez, para guardar bem na memória as coisas e as pessoas arrastadas pela lama. Afinal, os segmentos corporais encontrados pelas equipes de busca, foram devidamente identificados e entregues aos familiares das vítimas para

que esses pudessem se despedir daqueles que foram abruptamente retirados de suas vidas. No entanto, o bloco de concreto permanece lá, esse material duradouro, que servia para demarcar vias de passagem e agora, nesta fotografia, serve como lápide, como um outro tipo de marcação, que não deixa esquecer as vidas perdidas em um “suposto” acidente¹⁰.

No entanto, as máquinas da mineração continuam se movimentando diariamente, freneticamente, talvez porque “temos que esquecer Brumadinho, o luto é dolorido, mas temos que pensar no futuro”, disse o atual governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema¹¹. Seria este o papel do esquecimento? Quando se tenta apagar as marcas e as graves consequências do crime, o evento torna-se, ao longo dos anos, um fantasma no imaginário coletivo, uma vaga lembrança de algo que talvez aconteceu, mas que não foi tão grave como parecia¹². Tanto é que

10 “De novembro de 2017 até o fatídico 25 de janeiro de 2019, a barragem deu indiscutíveis sinais de alerta. Todos, porém, foram tratados apenas em âmbito interno” (ARBEX, 2022, p. 251).

11 No Jornal A Sirene para não esquecer, nº 59. Acordo sem participação de atingidos. 22 de Março de 2021, p.6. Disponível em: https://issuu.com/jornalasilrene/docs/edi_o_59_-_mar_o_de_2021_-_jornal_a_sirene__corri

12 “O balanço das operações de salvamento de animais terrestres e aquáticos apontara que, até o dia 15 de julho de 2019, cerca de seis meses depois do rompimento, haviam sido localizadas 206 carcaças de animais silvestres terrestres e 305 de animais domésticos, sendo que 25 não puderam sequer ser identificadas. Também foram recolhidas mais de 2,8 mil carcaças de peixes. No trecho compreendido entre a B1 [a barragem que rompeu] e a foz do ribeirão Ferro-Carvão, foram registrados mais de 14 mil casos de prejuízos à fauna, conforme dados do Laudo da Polícia Federal nº 1639/19. Em relação à flora, o rompimento teria causado a deterioração de 269 hectares, área equivalente a 269 campos de futebol - em boa parte da zona de inundação ainda havia remanescentes de vegetação nativa. Para além de todo o rastro de destruição, está a possível contami-



FIGURA 1.

Quando o tempo dura uma tonelada, duo Paisagens Móveis, 2021.
Fotografia cedida pelas autoras

foi no ano de 1986 que a primeira barragem de resíduos de minério do estado de Minas Gerais, a Mina de Fernandinho em Itabirito, se rompeu. Desde então,

Em 2001 veio o rompimento da barragem da Mineração Rio Verde, em Nova Lima, que soterrou parte da localidade de São Sebastião de Águas Claras. Em 2003, houve o despejo de 1 bilhão de litros de material tóxico nos rios Pomba e Cágado, provenientes de um dos reservatórios da Indústria Cataguases de Papel, em Cataguases. Já em 2007, a barragem da Mineração Rio Pomba Cataguases, em Miraí, na Zona da Mata, se rompeu, deixando 4 mil moradores desalojados. Em 2015 foi a vez da Mina do Fundão, da Vale, em Mariana: cerca de 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos armazenados em Fundão foram despejados ao longo de toda a bacia do Rio Doce, matando quase duas dezenas de pessoas (ARBEX, 2022, p. 138).

Fábio Schvartsman, ex-presidente da Vale S.A., assumiu o cargo com o lema “Mariana nunca mais”, o qual, como as investigações mostram¹³,

nação do solo ao longo do tempo, já que rejeitos de mineração apresentam potencial tóxico. Se for considerado que os mais de 10 milhões de metros cúbicos de rejeitos lançados no meio ambiente se somaram a cerca de 600 mil metros cúbicos de água, pode-se dizer que o desastre permanece em curso” (ARBEX, 2022, p. 267).

13 “Além de ter dispensado duas empresas que se negaram a dar Declaração de Estabilidade para aquela barragem [B1 da Mina do Córrego do Feijão], a Vale dispensou outra que não quis fazer a perfuração [para instalação de drenos horizontais profundos, destinados a reduzir o índice de liquefação dos resíduos da barragem, considerado o causador de seu rompimento] usando água. Além disso, a multinacional fez três declarações de estabilidade falsas da barragem - duas perante a Agência Nacional de Mineração e uma perante a Fundação Estadual de Meio Ambiente. Tudo deixa claro que o objetivo era não parar (a mina). A empresa também sabia que as sirenes nunca estiveram operantes - embora o alerta sonoro seja exigido por lei desde 2010 -, e que a lama chegaria à área administrativa

não saiu do papel. Após o desastre da Mina do Fundão, um projeto de lei que ficou conhecido como “Mar de Lama Nunca Mais” começou a tramitar na Assembleia Legislativa e contou com várias audiências públicas entre os anos de 2015 e 2016. No entanto, a lei nº 23.291/19 só foi promulgada após o rompimento da barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão. Apesar de a lei exigir a descaracterização, no prazo de 3 anos, de 54 barragens no Estado com as mesmas características das duas últimas que romperam, apenas três concluíram o processo no tempo determinado. Portanto, nossa história mostra que, provavelmente, teremos no futuro um passado repetido. Então, apesar do apelo do Governador do Estado, não podemos esquecer Brumadinho.

Aliás, por que esquecer o trauma? A quem isso beneficia? A política da memória é uma questão de muito pouco interesse do Estado brasileiro, o mesmo ocorre em relação às políticas públicas patrimoniais e a sua conservação. Vivemos uma cultura do “memoricídio” (SELIGMANN, 2019, p. 23), cujo interesse político almeja não apenas relegar memórias coletivas ao esquecimento, como alterar memórias já registradas nas páginas da história, situação que tem se tornado cada vez mais comum no Brasil da última década. Tendo em vista que toda memória individual é constituída por meio de um processo muito particular, seletivo, que se dá partir do nosso presente e se modifica de acordo com o passar do tempo, como fazemos para construir memórias coletivas, as quais não podem e não devem ser alteradas ao sabor da vontade de cada momento? Até porque,

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou

em menos de um minuto. Em resumo: “a Vale teve muita chance de não errar”, apontou o delegado Campidelli” (ARBEX, 2022, p. 258).

de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p.204
apud ZANGELMI A., COSTA OLIVEIRA, F., SALES, I. 2008, p.142)

Fica claro que a política do esquecimento é um meio de exercício do poder, pois controlando o passado, controla-se o futuro. Fica claro, também, que sem produzir memória do desastre de Brumadinho, o sentimento de espera e de tempo suspenso da comunidade afetada pelo rompimento não passará jamais. Afinal, como realizar essa reconstrução de si se o apagamento transforma o impensável em irreal?

Para Halbwachs (1990, p. 80), a história, contada por meio de livros e seu ensino na escola, para citar alguns exemplos, tem o papel de evitar que a memória encontre o esquecimento, já que por não estarmos mais inseridos em uma tradição de memória viva e coletiva, precisamos desenvolver estratégias de conservação e mecanismos de lembrança. Para Pierre Nora (1993, p.9) a história, ao transformar a memória viva em objeto histórico, a destrói, uma vez que é construída por sua repetição, por sua vivência, logo, a necessidade de fixá-la atesta sua diluição. Esta reflexão encontra relações com o pensamento de Davi Kopenawa, líder Yanomami, para quem a mente dos brancos é cheia de esquecimento, “sua memória é engenhosa, mas está enredada em palavras esfumaçadas e obscuras.” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p.75). Ao contrário dos brancos que precisam escrever suas memórias em “peles de papel”, enchendo-se de esquecimento, os Yanomamis não as escrevem, pois elas “ficam gravadas dentro de nós. Por isso, nossa memória é longa e forte” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p.75), afirma. O cenário que Kopenawa constrói constitui um retrato do modo como o Brasil lida com a memória, no entanto, o fato de a cultura ocidental transpor a memória para “peles de papel” não precisa, necessariamente, se constituir como sua sentença de morte. É possível transformar essa transposição em estratégias de rememoração, como em *Quando o tempo dura uma tonelada*.

A memória do evento daquele 25 de janeiro de 2019 está gravada nas fotografias e no vídeo de Bárbara Lissa e Maria Vaz, que nos convidam a olhar desde a perspectiva do território, dos entes não humanos que vivenciaram e vivenciam a dominação e a destruição perpetradas. A memória construída pela repetição, de que fala Nora, é acionada diante deste trabalho visual, que nos lembra que o desastre continua acontecendo. São esses entes não humanos que continuam visíveis, que mantêm a latência espaço-temporal do desastre, assim como são eles que permitem criar memória do que está invisível: memória das pessoas e animais - ou suas partes¹⁴ - que estão enterradas naquele solo, de toda uma região transformada em mar de lama. Assim, *Quando o tempo dura uma tonelada* propõe uma narrativa visual que permite imaginar o inimaginável, que permite ritualizar o luto. A narração por meio desta série de imagens constrói um testemunho diferente daquele do desastre, do evento em si, focando naquilo que resta dele.

Essa estratégia aproxima a memória do trauma, visto que narrar o trauma “[é] sempre uma busca de compromisso entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade” (SELIGMANN,

14 “O IML, que realizou a identificação de 69 vítimas por impressão digital uma semana após o rompimento da barragem, conseguiu fazer 118 novas identificações em fevereiro e mais trinta em março, somando 217 vítimas identificadas cientificamente 64 dias após o desastre, o que corresponde a 80% do total. Depois disso, porém, o processo de identificação tornou-se mais trabalhoso ainda, em função da grande segmentação dos corpos, e passou a exigir técnicas avançadas de necropiloscopia. (...) Apesar de todo o empenho do IML, a reidentificação de casos passou a ser uma realidade. Quando novos segmentos de uma mesma vítima eram encontrados pelos bombeiros - houve até quinze identificações de uma mesma pessoa -, o processo era tão doloroso para os parentes que o Instituto Médico Legal optou por deixar para as famílias a difícil decisão de ser ou não avisada a cada fragmento localizado. Noventa e nove por cento dos familiares não quiseram receber uma nova comunicação” (ARBEX, 2022, p. 228-30)

2008, p.68). Nem sempre esta tarefa é possível para aqueles que vivenciaram o desastre, mas ela pode ser uma realidade para aqueles que a testemunharam desde uma certa distância (SELIGMANN, 2008, p.68).

O rio Paraopeba, cuja nascente se localiza em Cristiano Ottoni e tem sua foz na represa de Três Marias, no município de Felixlândia, abastece 35 municípios em Minas Gerais. Desde 25 de Janeiro de 2019, grande parte de suas águas seguem contaminadas por metais pesados, matando corpos humanos e não humanos, de modo que a população encontra-se proibida de beber a água, tendo que beber apenas a água mineral distribuída pela empresa VALE S.A. Tendo isso em vista, as fotografias de *Quando o tempo dura uma tonelada* constroem uma narrativa do trauma a partir da própria materialidade da paisagem presente nas imagens, a materialidade do território, da montanha, do minério, do rio, do ar, dos animais. Isso porque os negativos foram revelados com a água local, contaminada por metais pesados, e pela poeira fina de minério, resultando em imagens-fantasmas, carregadas de camadas que dificultam a sua apreensão: os fantasmas são um apelo à memória, preenchem as imagens de analogias e metáforas que dão corpo à imaginação, responsável por permitir que o inimaginável se transfigure em realidade. Nesta “situação testemunhal o tempo passado é tempo presente” (SELIGMANN, 2008, p.69). Assim, as fotografias transformam a alteridade em criação, testemunham o horror, enquanto nos levam a imaginar para que não esqueçamos. Logo, a materialidade da água, do ar e do solo não é apenas representada, ela é constituidora dessas imagens. Nesse sentido, a obra dá um outro significado para a expressão “significados incorporados” criada pelo filósofo Arthur Danto como parte de sua definição de arte (DANTO, 2020, 1º capítulo), visto que ela integra, literalmente, o corpo do desastre no processo de sua representação.

Pensando por camadas, a divisão das fotografias em três níveis suscita um desvelamento deles¹⁵. Abaixo, sob a terra, sabemos que há corpos humanos, animais e vegetais soterrados pela lama, enquanto no plano do meio, vemos um rio contaminado, casas destruídas, ossos e grande quantidade de capim cobrindo a lama. Acima, após cada passagem do trem de ferro, uma névoa de minério paira no ar. Diante do esquecimento e da ausência de uma política de justiça¹⁶, as fotografias de *Quando o Tempo Dura uma Tonelada* apresentam os espectros do desastre, fragmentos daquilo que ainda não foi e não será completamente

15 Ver imagens nº 1, 13 e 16 em: <https://www.paisagensmo-veis.com/quando-o-tempo-dura-uma-tonelada>

16 Segundo nota do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB): “Dos R\$54 bilhões pedidos nas ações de reparação dos danos, a Vale vai pagar apenas R\$37 bilhões. Parte desse montante será transferido para o governo do estado investir em obras que nada têm a ver com a reparação do crime de Brumadinho. É o caso do Rodoanel, que levou R\$ 4,4 bilhões do acordo e irá criar novos atingidos ou atingir novamente famílias no trecho em que a obra será executada. Por isso, em parceria com outras organizações, o MAB está questionando no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ/MG) e no Supremo Tribunal Federal (STF) a legitimidade deste acordo realizado sem participação dos maiores interessados. A principal reivindicação é o protagonismo dos atingidos/as na definição e foco dos programas e projetos a serem executados no plano de reparação, como é o caso do programa de recuperação e desenvolvimento da bacia do Paraopeba e do Lago de Três Marias, que representam R\$ 3 bilhões do montante a ser desembolsado pela mineradora. Os atingidos reivindicam que R\$ 2,5 bilhões desse total sejam investidos para melhorar efetivamente as condições de vida da população, ampliando o acesso a serviços básicos para atender às novas demandas sociais criadas pelo próprio crime”. (Movimento dos Atingidos por Barragens, NOTA | BACIA DO PARAPEBA: 3 ANOS DO CRIME DA VALE EM BRUMADINHO E A LUTA POR JUSTIÇA CONTINUA!. Barragens, direitos humanos, notas oficiais. 25/01/2022.) Disponível em: <https://mab.org.br/2022/01/25/nota-bacia-do-paraopeba-3-anos-do-crime-da-vale-em-brumadinho-e-a-luta-por-justica-continua/>

resolvido e que, portanto, assombra o território da mesma forma que os fantasmas das imagens assombram nossa capacidade de olhar.

“Talvez a busca deste local do testemunho seja antes uma errância, um abrir-se para sua assistemática, para suas fraturas e silêncios. É na literatura e nas artes onde esta voz poderia ser melhor acolhida” (SELIGMANN, 2008, p.78). Abrindo-se para as fraturas e silêncios, Bárbara Lissa e Maria Vaz se propuseram a investigar o que não foi documentado sobre Brumadinho, quais fotos não foram tiradas; quais ruínas permanecem nessa dimensão invisível¹⁷ do desastre. Utilizando uma câmera Zeiss Ikon, e um negativo 120mm, elas produzem fotografias conjugadas, sem separação por frames; dando materialidade à multiplicidade de dimensões temporais vigentes. As imagens feitas em camadas, reconstituem e criam diversas paisagens possíveis, pois ao trabalhar com uma técnica que permite produzir uma sobreposição parcial das imagens, onde um quadro invade e recompõe o outro, uma paisagem conjugada é construída. Um cenário altera, invade e se relaciona com o outro, dando vida à complexidade de questões que se manifestam no espaço e no tempo.

Nestas fotografias, o tempo da espera por uma resolução, por justiça, pesa. Assim, o trabalho não representa, mas é a própria paisagem, uma vez que a imagem, ao ser revelada, foi formada por aquilo que supostamente representa: a atual atmosfera do entorno do Córrego do Feijão. Aqui, o extracampo da fotografia está dentro do quadro da imagem, transformando-a em testemunho da data em que foram feitas, uma vez que a água utilizada para a revelação, que pode sofrer constantemente variações, diz respeito ao dia de sua coleta. Nessa busca de dar

17 Sabe-se que além da contaminação da água e do solo pelos dejetos do rejeito, o ar apresenta uma poeira tóxica muito fina, com partículas PM2.5, para as quais não há ainda uma legislação vigente, mesmo havendo considerações de limite de concentração média por parte da OMS e dos diversos casos de problemas respiratórios e de pele causados na população local.

materialidade à fotografia, ela própria se transformou em um vestígio do trauma. A imagem fotográfica, então, não se dá completamente no momento de sua captura, no instante do clique, mas se constitui num devir, no tempo posterior da revelação, fazendo com que a série não apenas comunique um referente, mas seja o seu próprio sentido.

Antecipar o futuro: natureza como origem/ natureza da violência

O ano de 2022 teve início com fortes chuvas em todo o Estado de Minas Gerais, acordando os fantasmas do crime de 25 de janeiro de 2019. O Rio Paraopeba subiu de nível, deixando muitos dos atingidos pelo rompimento da barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão novamente impactados. Várias foram as pessoas que tiveram suas casas e ruas alagadas pela lama com materiais tóxicos que seguem cotidianamente sendo transportados pelo rio¹⁸. Afinal, os rejeitos de mineração não desaparecem. Esse cenário traz à tona a questão que figura como título da conclusão do livro “Arrastados” de Daniela Arbex: “Brumadinho nunca mais?” O ponto de interrogação atesta uma dúvida que não é apenas da autora, uma dúvida que é compartilhada pelos que já foram atingidos e por uma grande parcela dos habitantes de Minas Gerais, haja vista a série de reportagens que apareceram na imprensa lembrando os riscos de um possível novo rompimento. No entanto, como mostra Arbex, o problema é bem maior do que parece, alcança quase todos os estados da federação.

Quando a economia se sobrepõe à política, crimes como esses são permitidos em nome do lucro. Além da realidade de Minas Gerais, o Relatório de Segurança de Barragens de 2020, que reúne os dados mais recentes disponíveis sobre o assunto no Brasil, aponta

18 <https://mab.org.br/2022/01/11/bacia-do-paraopeba-tem-alagamentos-com-agua-contaminada-por-rejeitos-de-minerio-e-cerca-de-700-desabrigados/>

um cenário ainda mais preocupante no país. Das 21.953 barragens cadastradas em 33 órgãos fiscalizadores no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (Snisb), 60% não possuem informações suficientes para que se conclua se a barragem está ou não submetida à Política Nacional de Segurança de Barragens. Somente 10% das barragens cadastradas no Snisb se encontram relacionadas na faixa considerada “ótima”, que se refere à quantidade de dados disponíveis sobre elas. Em 2020, ano em que a Política Nacional de Segurança de Barragens completou uma década, foram localizadas 122 barragens críticas em 23 estados. (...) Perguntei aos especialistas que entrevistei se o ciclo de tragédias se encerraria em Brumadinho. Ainda não há resposta pra isso. Enquanto o modelo de negócio não mudar e a política da mineração priorizar o produto, em vez da vida humana, não haverá lugar seguro para ninguém (ARBEX, 2022, p. 311-2).

Esse modelo de negócio está por trás da metáfora que constitui o vídeo *Tempo Partido*¹⁹. Transitando entre imagens dos vagões de um trem em movimento e imagens de uma estrada em que caminhões passam de um lado pro outro, o vídeo apresenta a contradição entre a necessidade da movimentação contínua do minério para manutenção da produção e um pano de fundo em que a paisagem é fixa, estática e quase idílica. Quase, pois os caminhões teimam em continuar passando e dois extremos de uma ponte lembram que, antes do rompimento da barragem, uma outra estrada cruzava essa mesma cena. Com parte dela levada pela lama, restou a grandiosidade dos dois extremos da ponte, que permanecem no horizonte como tótems. Uma memória incômoda de um crime que muito se faz para que seja esquecido. Esse tempo quase parado do entorno contrasta com o ruído do atrito da roda dos vagões com o trilho do trem, e com o barulho dos caminhões que compõem a trilha sonora do vídeo. O contraste incomoda, transforma a paisagem ao

19 Vídeo disponível em: <https://vimeo.com/618207786>

lembrar que não há tempo a perder, pois a atividade minerária continua em ritmo acelerado²⁰, não importa o que aconteça.

Impossível não olhar para a figura 2, povoada por ruídos e interferências e não ver, ali, uma espécie de trem fantasma. Cerca de cento e cinquenta vagões passam, cotidianamente, de hora em hora o dia inteiro, noite adentro, sem sossego na cidade de Brumadinho. O trem de minério assombra. Ainda quando é madrugada corre e apita alto o trem sem gente dentro, num vai e vem de barulho e poeira. A poeira de minério pode ser comparada ao vendaval de que fala Benjamin (1940, p. 14) quando analisa a obra *Angelus Novus* de Paul Klee. O vendaval que nos leva imparavelmente para o futuro, nos arrastando, enquanto os detritos se acumulam aos nossos pés: a marcha do progresso segue passando por cima de tudo. Tal como o anjo da história, gostaríamos de uma pausa, de nos deter para lembrar os mortos e juntar os cacos, mas o trem que carrega minério não para jamais. Funciona como uma espécie de eco das almas levadas pela tempestade do progresso, como um calafrio para aqueles que ouvem seu apito e não se esquecem. Nada nem ninguém parece conseguir impedir a mineração.

20 Como mostra Daniela Arbex no livro *Arrastados*: “A cadeia produtiva da mineração envolve, de fato, números estratosféricos. A meta traçada pela multinacional era ampliar, a partir de 2019, a capacidade de Jangada e Feijão [duas das minas da região] de 10,6 milhões para 17 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano. Para tanto, no fim de 2018 a empresa já havia até conseguido, na Câmara de Atividades Minerárias do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais, o deferimento de uma licença prévia para a continuidade das operações em Feijão por mais dez anos” (2022, p. 22). No final do livro, Arbex mostra que “As ações da Vale encerraram 2019 - ano em que as 272 vidas foram perdidas após o colapso da B1 -, valendo R\$2 a mais do que no início do ano. Parece pouco, mas, no cômputo total, foram R\$26 milhões a mais no valor da empresa. E aquele havia sido um ano de prejuízo” (2022, p. 271).



FIGURA 2.

Quando o tempo dura uma tonelada, duo Paisagens Móveis, 2021.
Fotografia cedida pelas autoras

Tanto é que concomitante à escrita deste artigo, na madrugada do dia 30 de Abril de 2022, foi aprovado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) de Minas Gerais o licenciamento²¹ total para o Complexo Minerário Serra do Taquaril, na região da Serra do Curral, na cidade de Nova Lima, Região Metropolitana de Belo Horizonte. O projeto para a mineração do cartão postal da capital mineira prevê que serão lavrados e beneficiados aproximadamente 31 milhões de toneladas de minério de ferro, resultando em 24 milhões de toneladas de produtos, ao longo de treze anos. A serra do Curral é tombada - nas esferas municipal e federal, no que diz respeito ao território do município de Belo Horizonte - e é constituída por uma área natural de enorme valor ambiental e cultural, preservada com vegetação nativa do bioma Mata Atlântica e classificada como Área Prioritária para Conservação da Biodiversidade Especial.

Nada disso impediu a aprovação do licenciamento. Nem o fato de que tal empreendimento acarretará na morte de boa parte da fauna e da flora local, bem como tem grandes chances de desencadear uma crise de abastecimento de água em toda a região metropolitana de Belo Horizonte²². Tampouco foi levado em consideração o processo de tombamento estadual da Serra do Curral, que compreende os territórios fora dos limites da cidade de Belo Horizonte, o qual está atualmente em curso e, teoricamente, garante o 'tombamento provisório' da região - de acordo com o decreto federal nº 25 de novembro de 1937 -, para que ela não seja descaracterizada antes da conclusão do processo²³.

21 <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/04/30/serra-do-curral-veja-quem-faz-parte-do-conselho-que-aprovou-a-exploracao-mineraria-no-cartao-postal-de-bh.ghtml>. Acesso em 01/05/2022

22 Ver mais em: <https://manuelzao.ufmg.br/mineracao-na-serra-do-curral-pode-impactar-abastecimento-de-25-milhoes-de-pessoas-na-grande-bh/>

23 Ver mais em: <https://manuelzao.ufmg.br/governo-estadual-trava-tombamento-da-serra-do-curral-denunciam-conselheiros-de->

Os fatos reforçam o que Daniela Arbex apresenta, não há lugar seguro para ninguém.

No cenário brasileiro - que durante sua colonização vivenciou a violência e a exploração que tornou possível a modernidade europeia - a continuidade da destruição dos corpos naturais pelas mãos estrangeiras se transformou na marca histórica da formação de nossa política. O rio Doce chamado de *Watu*, nosso avô²⁴, pelos Krenak é, para eles, “uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas” (KRENAK, 2019, p.21)²⁵. No processo de dominação por parte da cultura hegemônica, seres e objetos foram reduzidos a meio, seja de conhecimento ou de obtenção de lucro. “Se existe algo que não pode ser transformado imediatamente

[-patrimonio/](#)

24 O ‘animismo’ indígena entende que há um estado originário de indiferenciação entre os humanos e os animais, pois não entende a relação entre natureza e cultura de modo dicotômico, mas relacional. Assim, “a condição comum aos humanos e animais é a humanidade, não a animalidade, é porque ‘humanidade’ é o nome da forma geral do Sujeito”, pois os animais e outros entes dotados de alma não são sujeitos porque são humanos, mas são humanos porque são sujeitos. (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p. 237).

25 Quatro anos antes do crime em Brumadinho, em 2015, o rompimento da barragem do Fundão pela mineradora Samarco, em Mariana, MG, liberou cerca de 60 milhões de metros cúbicos de detritos de mineração, provocando a morte e extinção de diversas espécies e afetando a bacia do Rio Doce, bem como as populações que vivem às margens do rio. A respeito disso, Ailton Krenak afirma “O *Watu*, esse rio que sustentou a nossa vida às margens do rio Doce, entre Minas Gerais e o Espírito Santo, numa extensão de seiscentos quilômetros, está todo coberto por um material tóxico que desceu de uma barragem de contenção de resíduos, o que nos deixou órfãos e acompanhando o rio em coma. Faz um ano e meio que esse crime – que não pode ser chamado de acidente – atingiu as nossas vidas de maneira radical, nos colocando na real condição de um mundo que acabou”. (KRENAK, 2019, p.21-22) Em uma entrevista de 2020, Ailton Krenak afirma: “Eles não respeitam nem os seres humanos que são mais ou menos parecidos com eles, imagina se vão respeitar um rio” (KRENAK, In. Brasil de Fato, Entrevista, 2020).

em lucro, como árvores e populações originárias, deve ser aniquilado. O outro é negado, e esse outro é tudo o que se opõe ao império do capital” (SELIGMANN, 2019, p.22). A colonialidade hierarquiza, divide e domina, e hoje o neocolonialismo/neoliberalismo brasileiro implica em uma necropolítica que destrói fisicamente e simbolicamente não só as raças, mas as etnias e o meio ambiente, e portanto, “genocídio, etnocídio e ecocídio andam de mãos dadas nessa era” (SELIGMANN, 2019, p.23), além do memoricídio, que apaga as histórias e as narrativas dessas violências. Infelizmente, a história do rompimento da barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho figura como mais uma na vasta lista de desastres que somos levados a esquecer. Diante da cadeia de desastres, testemunhamos o acúmulo de ruínas no Brasil.

O povo Yanomami luta há décadas com as próprias vidas contra o avanço da mineração em suas terras, nem sempre com sucesso. Muitas vezes o pajé Yanomami Davi Kopenawa avisou que o céu vai desabar se o ser humano não respeitar a natureza. Repetiu tanto que escreveu em parceria com o antropólogo Bruce Albert o livro “A queda do céu”, para ver se nós, os brancos, conseguimos entender. Kopenawa afirma que

A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da Terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa. Os espíritos xapiri, que descem das montanhas para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para muito longe. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los e fazê-los dançar para nos proteger. Não serão mais capazes de espantar as fumaças de epidemia que nos devoram. Não conseguirão mais conter os seres maléficos que transformarão a floresta num caos. Então morreremos, um atrás do outro, tanto os brancos quanto nós. Todos os xamãs vão acabar morrendo. Quando não houver mais nenhum deles para sustentar o céu, ele vai desabar. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p.7)

O pajé Yanomami mostra que a destruição é causada pelo pensamento dos brancos, que está dominado pelo desejo por ouro, pois eles não “param de remexer os lamaçais, como porcos-do-mato em busca de minhoca” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p.336-337). Por isso, Kopenawa dá aos garimpeiros, que destroem a floresta, o nome de “comedores de terra”. Podemos igualmente nomear as empresas mineradoras de “comedoras de terra”, que fazem isso em escala industrial, comendo montanhas e vales inteiros.

Do ponto de vista da cosmogonia Yanomami, Omama, o ancestral criador desse povo, escondeu os metais “(...) lá no meio dos morros das terras altas, onde também fez jorrar os rios. É de lá que surgem os ventos e o frescor da floresta. É de lá que vem sua fertilidade” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 360). O alerta que fazem é, portanto, que “escavando tanto, os brancos vão acabar até arrancando as raízes do céu, que também são sustentadas pelo metal de Omama. Então ele vai se romper novamente e seremos aniquilados, até o último” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 361). Talvez, apesar dos avisos do xamã, o céu já esteja caindo enquanto este texto é escrito. Se isso for verdade, não estamos sequer assistindo. Estamos ocupados demais. Porém, como diz Ailton Krenak, se pudermos contar mais uma história, estamos adiando o fim do mundo (KRENAK, 2019, p.27). E é isso que o trabalho *Quando o tempo dura uma tonelada* faz, ele conta mais uma história para tentar adiar o fim do mundo.

Porém, contar uma história sobre um desastre tão devastador como o do rompimento da barragem B1 exige mais que imaginação. Para tocar na paisagem alterada pelos “comedores de terra”, Bárbara Lissa e Maria Vaz utilizaram luvas, óculos e máscaras. Coletaram a água local por meio de garrafas atadas a fios e lançadas à distância, recolheram parte do minério de ferro derrubado ao longo dos trilhos da linha ferroviária, raspam pedras e encontraram parafusos e pinos do trem esquecidos pelo caminho.



FIGURA 3.

Quando o tempo dura uma tonelada, duo Paisagens Móveis. Político, 2021. Fotografia cedida pelas autoras

Tudo isso aparece na figura 3, que documenta o processo e as escolhas fotográficas do trabalho. A imagem da garrafa de vidro chama a atenção pelo seu conteúdo escurecido: o contato dos químicos de revelação com a água contaminada e a poeira de minério deixou o vidro com manchas pretas. A pele do vidro se alterou. Alterou-se também a pele dos humanos, dos animais, das plantas e a pele do negativo utilizado para as fotografias. Os comedores de terra também comem peles.

Tornar visíveis os fantasmas para que seja possível a despedida

Em *Quando o tempo dura uma Tonelada* a película fotográfica se transformou em um fantasma do local, um fantasma que conta uma história criada a partir daquilo que resta do maior "acidente" de trabalho do Brasil. Do que resta tanto material, quanto simbolicamente. O trabalho não nos deixa esquecer desse passado-porvir, ele nos convida a uma lembrança ativa, a um modo de elaborar o(s) luto(s) da destruição causada pela mineração. Kopenawa mostra a importância da memória para que seja possível a despedida:

Ficamos tristes, e sentimos a raiva do luto demasiadas vezes no passado. Às vezes até tememos que os brancos queiram acabar conosco. Porém, a despeito de tudo isso, depois de chorar muito e de pôr as cinzas de nossos mortos em esquecimento, podemos ainda viver felizes. Sabemos que os mortos vão se juntar aos fantasmas de nossos antepassados nas costas do céu, onde a caça é abundante e as festas não acabam. Por isso, apesar de todos esses lutos e prantos, nossos pensamentos acabam se acalmando. Somos capazes de caçar e de trabalhar de novo em nossas roças. Podemos recomeçar a viajar pela floresta e a fazer amizade com as pessoas de outras casas. Recomeçamos a rir com nossos filhos, a cantar em nossas festas reahu e a fazer dançar os nossos espíritos xapiri. Sabemos que eles permanecem

ao nosso lado na floresta e continuam mantendo o céu no lugar
(KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 78-79).

Para que possamos nos despedir, Bárbara Lissa e Maria Vaz tornam os fantasmas desse desastre imagináveis. As artistas nos convidam a “um esforço de compreensão e de esclarecimento — do passado e, também, do presente. Um trabalho que, certamente, lembra dos mortos, por piedade e fidelidade, mas também por amor e atenção aos vivos.” (GAGNEBIN, 2006, p.105). Talvez, a arte tenha o papel de acalmar os pensamentos, em meio a tanto pranto. Porém, não se trata de acalmar no sentido de resignação, mas de compromisso com o coletivo para que possamos recomeçar, para que possamos não nos esquecer do passado e então construir novos futuros.

Referências

ARBEX, Daniela. **Arrastados**: os bastidores do rompimento da barragem de Brumadinho, o maior desastre humanitário do Brasil. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

BENJAMIN, Walter. **O Anjo da História**. Organização e tradução João Barrento. - 2.ed - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

DANTO, Arthur. **O que é a arte**. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2020.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Florianópolis: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar Escrever Esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 20062006

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais LTDA, São Paulo, 1990.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, In. **Brasil de Fato**, Entrevista por Rodrigo Chagas e Pedro Stropasolas, 2020. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/06/ailton-krenak-a-mineracao-nao-tem-dignidade-se-pudesse-continuaria-escravizando>. Acesso em 20/04/2022

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VIVEIROSDECASTRO, Eduardo. **Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena**. O que nos faz pensar, [S.l.], v. 14, n. 18, p. 225-254, sep. 2004.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo, 10, dez. 1993

SELIGMANN-SILVA, M. **Decolonial, des-outrização**: imaginando uma política pós-nacional e instituidora de novas subjetividades. In.: 21ª Bienal de Arte Contemporânea Sesc_Videobrasil: Comunidades Imaginadas: Leituras / Serviço Social do Comércio; Associação Cultural Videobrasil; organização: Luisa Duarte; coordenação editorial: Teté Martinho. São Paulo: Sesc: Associação Cultural Videobrasil, 2019. 224 p. Disponível em http://bienalsescvideobrasil.org.br/webroot/uploads/21Bienal_Leituras_PT.pdf

SELIGMANN-SILVA, M. **Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas**. psic. clin., rio de janeiro, vol.20, n.1, p.65 – 82, 2008

ZANGELMI, A. J.; OLIVEIRA F. R. C.; SALES, I. F. O. **Lembrar em Aruega**: esquecimento, silêncio e história. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, v. 42, n. 1 e 2, p. 139-163, Abril e Outubro de 2008

Links

<https://mg.cut.org.br/noticias/crime-da-vale-em-brumadinho-dois-anos-de-falta-de-transparencia-e-impunidade-79ed>

<https://mab.org.br/2022/01/25/nota-bacia-do-paraopeba-3-anos-do-crime-da-vale-em-brumadinho-e-a-luta-por-justica-continua/>

https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2015/12/politica/469953-apagamento-da-memoria-se-perpetua-no-brasil-afirma-seligmann-silva.html

<https://veja.abril.com.br/economia/36-barragens-estao-em-nivel-de-alerta-29-sao-da-vale/>

Vídeos

Tempo Partido, 2021. duo Paisagens Móveis

Artigo submetido em: 18/01/2022

Aceito em: 24/02/2022